

Um olhar crítico sobre a Educação do Campo

Sidimara Cristina¹; Leonel O. Pinheiro²; Fábio S. de Souza³; Wederson M. Alves⁴; Gabriel Dayer Lopes de Barros Moreira⁵

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Campus do Mucuri, Teófilo Otoni-MG, sidi.mara@hotmail.com

² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Campus do Mucuri, Teófilo Otoni-MG, leonel.oliveira@ufvjm.edu.br

³ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Campus do Mucuri, Teófilo Otoni-MG, fabio.souza@ufvjm.edu.br

⁴ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, Campus do Mucuri, Teófilo Otoni-MG, wederson.alves@ufvjm.edu.br

⁵ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM-Diamantina MG, Gabriel_dayer@yahoo.com.br

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar parte dos dados da pesquisa “Atualização e Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Vale do Mucuri – MG” prioriza ao que tange à educação do campo, tendo como foco principal contribuir para o aprofundamento e disseminação da proposta de criação de uma educação do campo contextualizada que atenda as necessidades dos jovens incentivando a permanência no meio rural. Considerado que essa é uma ação que muitos acreditam ser a forma mais relevante para a consolidação do Desenvolvimento Territorial Sustentável, para a realização desse trabalho foi executado um diagnóstico participativo, onde 30 estudantes mais uma equipe técnica foram preparadas para a abordagem em campo. A análise preliminar dos dados obtidos revela que a Educação oferecida aos habitantes do Território do Mucuri é precária. De fato, os conhecimentos adquiridos por parte dos entrevistados é um dos instrumentos de perpetuação da desigualdade social no referido território. Além disso, este estudo traz à luz questões primordiais na discussão a respeito das mazelas governamentais referentes à Educação do Campo.

Palavras-Chave: Educação; Vale do Mucuri; Agricultura Familiar.

1 Introdução

O Vale do Mucuri localiza-se no nordeste do estado de Minas Gerais, onde se situam 27 municípios em uma área aproximada de 23.220,6 Km². Cerca de 25 mil famílias são membros da Agricultura Familiar no território. A maioria dos sistemas familiares de produção são voltados para o autoconsumo e a comercialização em feiras locais. Em relação à educação, o índice de analfabetismo é de 33% entre a população maior de 15 anos. O caso mais extremo é do município de Novo Oriente de Minas que apresenta 42,6 % de analfabetismo. Outro dado que reafirma os índices de educação no Vale do Mucuri é que 42,8% dos adolescentes e jovens dos 27 municípios estudaram no máximo até o ensino fundamental (GEPAF Vales, ARMICOPA, 2010). Por ser uma região que depende, economicamente, da agricultura, muitos estudantes deixam a Escola para se dedicar ao trabalho no campo de forma definitiva ou temporária.

Em relação ao acesso a recursos monetários o IDHM-renda (Índice de Desenvolvimento Humano – Renda) dos municípios é 0,55 e situa-se muito abaixo da média estadual de 0,71. E

ainda, 42% dos municípios deste Território encontram-se entre os 50 municípios com os piores índices de desenvolvimento humano do Estado (PNUD, 2000).

O Território Rural do Vale do Mucuri foi constituído no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e aprovado em 09 de outubro de 2003 pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS. Este Território constitui um espaço de participação, discussão, proposição, deliberação, implantação, gestão e controle social das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável que tem funcionamento permanente. Desde 2004, os órgãos de gestão da política de desenvolvimento do território do Vale do Mucuri, tais como o CIAT (Comissão de Implantação de Ações Territoriais), o Colegiado e o atual Conselho Gestor acumulam esforços de construção do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Em 2005 foi concluído o processo com a realização de diagnóstico participativo e elaboração da primeira versão do PDTRS, com cinco programas estratégicos construídos e aprovados em plenárias territoriais.

Em 2010, nos meses de janeiro, fevereiro e março, foi realizada uma atualização do diagnóstico participativo da Agricultura Familiar do Mucuri. O trabalho foi coordenado pelo Grupo de Pesquisa de Agricultura Familiar da UFVJM (GEPAF) e pela Associação Regional Mucuri dos Pequenos Agricultores (ARMICOPA), levantando as demandas de mais de 600 localidades rurais dos 27 municípios do Território, no que tange aos anseios, sonhos, interesses, necessidades e potencialidades, tendo os/as agricultores/as familiares como protagonistas do processo no Território do Território da Cidadania do Vale do Mucuri. Nesta etapa foram levantados dados sobre migração, composição e renda familiar, gênero, educação, acesso a políticas públicas e meio ambiente.

Objetivou-se com este trabalho apresentar parte dos dados da pesquisa de “Atualização e Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Vale do Mucuri – MG”, principalmente ao que tange à educação do campo, tendo como foco principal contribuir para o aprofundamento e disseminação da proposta de criação de uma educação do campo contextualizada que atenda as necessidades dos jovens incentivando a permanência no campo, considerado que essa é uma ação que muitos acreditam ser a forma mais relevante para a consolidação do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

2 Metodologia

Para a Atualização e Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Vale do Mucuri, 30 alunos de diferentes cursos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) participaram do planejamento das ações desta pesquisa, juntamente com os pesquisadores responsáveis pela mesma. Em seguida foram capacitados quanto a abordagem aos agricultores, aplicação/preenchimento do questionário e também quanto ao uso de planilhas eletrônicas para tabulação e análise dos dados. Foram aplicados 428 questionários abrangendo grande parte das comunidades rurais do território do Mucuri, das diferentes regiões, e que contou com a parceria do MDA, APTA, FUNDAEP, ARMICOPA e do GEPAF. Estes questionários foram aplicados nas mesmas famílias que em 2005 haviam respondido ao questionário do diagnóstico participativo. Isto se justifica visto que um dos objetivos da pesquisa de atualização do plano foi também de fazer uma análise temporal.

Após a coleta, os dados foram tabulados em planilha eletrônica e analisados por meio de estatística descritiva, sendo estes apresentados na forma de tabela ou de gráfico.

3 Resultados e discussão

O diagnóstico evidenciou a precariedade do sistema de ensino atualmente destinado as populações do campo. Carências estruturais e a falta de acesso dos/as jovens as séries posteriores ao ensino fundamental foram pontos demasiadamente destacados. Expressou ainda que o deslocamento dos/as estudantes às escolas nos centros urbanos é um dos principais fatores da negação da cultura local. A necessidade de deslocamento por longas distâncias cotidianamente é fonte de cansaço e desestímulo para os/as jovens e de preocupação para os pais.

A educação é o alicerce de toda uma população, visto que, um cidadão com conhecimentos plenos a respeito do meio que o cerca atinge um estágio de cidadania plena. Este estágio é um direito estabelecido na Constituição Federal. Para isto, tal documento frisa veemente a responsabilidade estatal com relação à Educação Básica.

Porém, a realidade que nos é apresentada é diversa do ideal. Atualmente observamos que uma grande parte da população é analfabeta ou, na melhor das hipóteses, analfabeta funcional. Deste modo, estas pessoas acabam sendo induzidas a tomar atitudes erráticas, visando apenas o interesse de um grupo dominante. No jargão popular, tais pessoas são conhecidas como “massa de manobra”, “massa” esta que perpetua a desigualdade social brasileira.

Os dados do diagnóstico participativo da Agricultura Familiar do Mucuri revelam que a maioria dos entrevistados depende financeiramente do Estado. De fato, grande parte das respostas revela que as famílias de agricultores possuem a aposentadoria ou pensões como principais fontes de renda. De acordo com a Figura 1, 42,8% dos entrevistados dependem de tal fonte de renda. Além disso, cerca de 6% dos entrevistados recebem outros benefícios financeiros governamentais. Tais dados mostram que as políticas públicas estão cada vez mais voltadas para a transferência de renda, reafirmando a lógica neoliberalista. Por fim, pode-se observar que ainda há um número significativo de entrevistados, 26,3%, que afirmam produzir produtos agrícolas e laticínios para geração de renda.

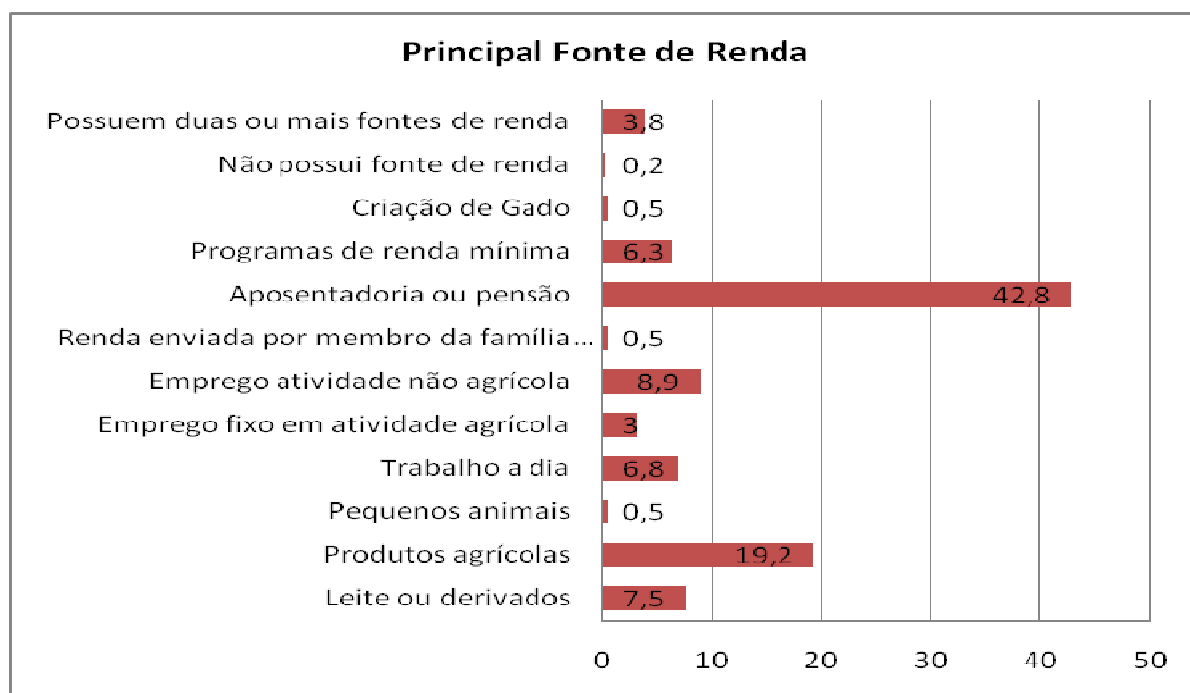


Figura 1- Principal Fonte de Renda (Fonte: pesquisa de campo).

Em relação à educação, os dados obtidos no Diagnóstico da Agricultura Familiar no Território do Mucuri também são preocupantes. Com efeito, a maioria dos entrevistados não possui a escolaridade mínima de oito anos prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Além disso, isso se reflete diretamente nas principais fontes de renda familiar, posto que o nível de conhecimentos de uma população está diretamente relacionado às oportunidades de diversificação de ganhos materiais. Com relação ao grau de escolaridade, as Figuras 2, 3 e 4 nos mostram que a educação ainda não é acessível a todos os habitantes do Território do Mucuri. Pode-se perceber que há uma grande proporção de entrevistados que não concluíram o Ensino Fundamental. Tal dado estarecedor revela que, mesmo após dezesseis anos da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a realidade está longe da ideal.

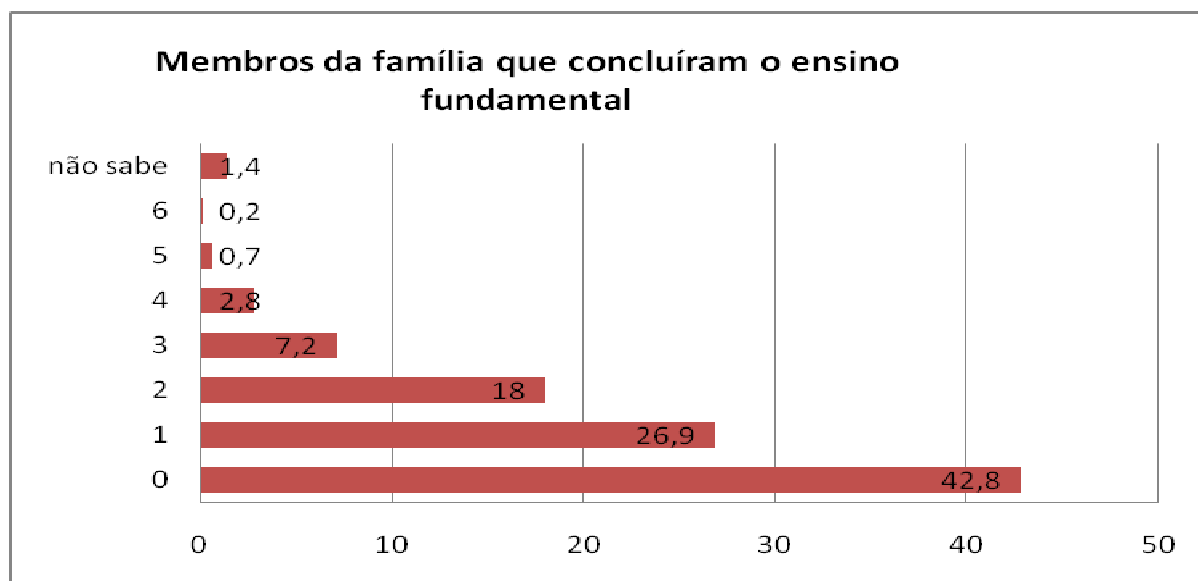


Figura 2- Membros da família que concluíram o Ensino Fundamental (Fonte: pesquisa de campo).

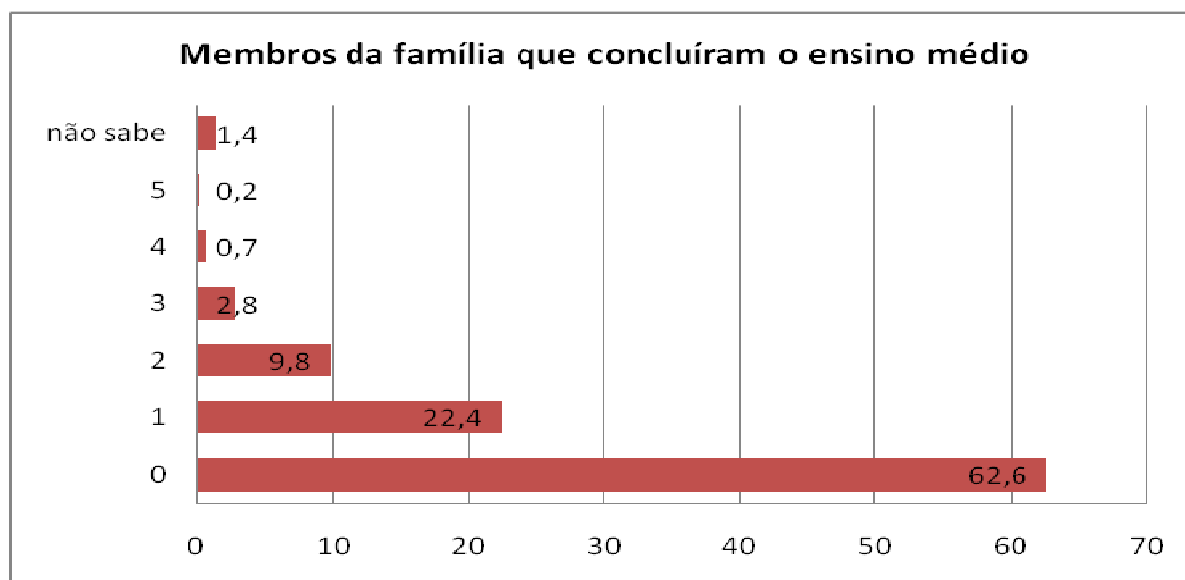


Figura 3- Membros da família que concluíram o Ensino Médio (Fonte: pesquisa de campo).

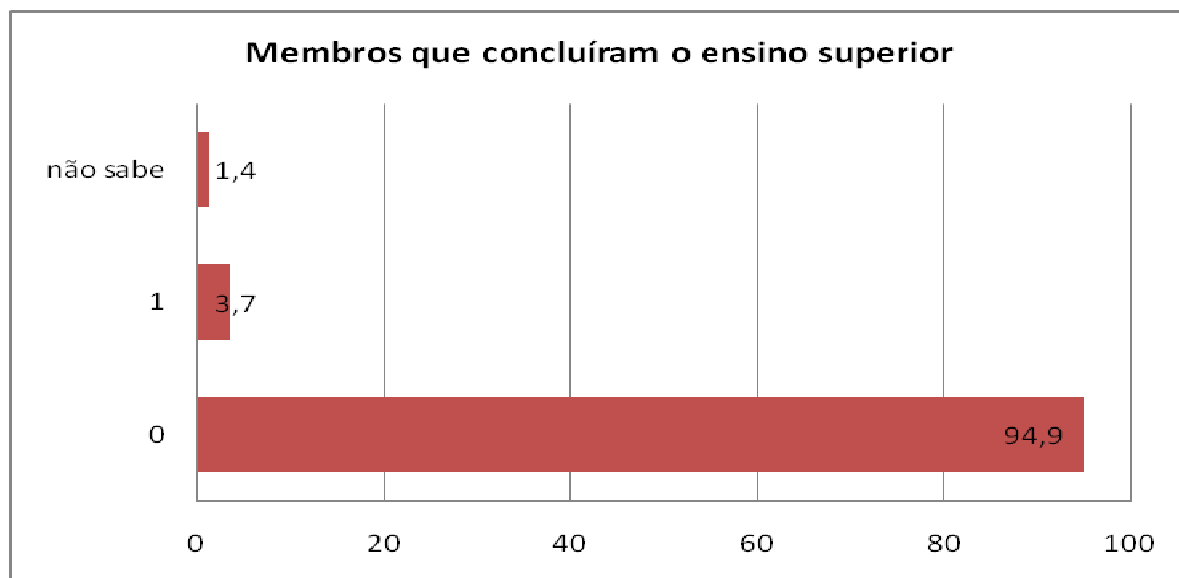


Figura 4- Membros da família que concluíram o Ensino Superior (Fonte: pesquisa de campo).

Pode-se observar que 42,8% dos entrevistados não concluíram o Ensino Fundamental, 62,6% não concluíram o Ensino Médio e apenas 2,1% concluíram o Ensino Superior.

Os dados se tornam mais preocupantes ainda ao constatarmos que o número de pessoas que concluíram o Ensino Médio ou o Ensino Superior é ainda menor. E, um agravante de tal situação consiste no fato de que apenas 33,6% das famílias entrevistadas possuem membros estudando. Isso revela que a aquisição de conhecimentos técnicos e acadêmicos por parte dos habitantes de zonas rurais não está efetivamente acontecendo.

Outro questionamento necessário a respeito de tais dados refere-se à forma pela qual a Educação chega às pessoas do Território do Mucuri. Tal questionamento é necessário tendo em vista à grande quantidade de entrevistados que concluíram somente os anos iniciais do Ensino Fundamental. A discussão necessária neste caso consiste em que maneira o Estado oferece os serviços educacionais a seus cidadãos. Podemos perceber que o Estado é leniente neste aspecto, visto que ainda se mostra incapaz de cumprir tal obrigação. Considerando as dificuldades de acesso às escolas, bem como o despreparo do corpo docente em atender aos anseios das comunidades rurais.

Paralelamente a isto, embora no presente artigo não existam dados estatísticos que comprove tal afirmação. As pessoas oriundas da rede educacional pública carregam o estigma de serem despreparados. Uma vez que as comunidades rurais são taxadas como pouco desenvolvidas intelectualmente. E Suas reclamações em relação ao sistema educacional surtem com poucos efeitos. Como resultado imediato, segue a desinformação dos sujeitos residentes nestas comunidades rurais, fato este que pode levar a uma desvalorização do saber e a uma supervalorização do ter.

Outro aspecto observado durante a realização do diagnóstico refere-se à ocupação principal dos residentes do Território do Mucuri. Com uma educação de má qualidade, os ocupantes de tal território têm predominantemente ocupações rurais. Com efeito, é observável que 46,4% dos entrevistados são agricultores enquanto 26,9% são estudantes (Figura 5).

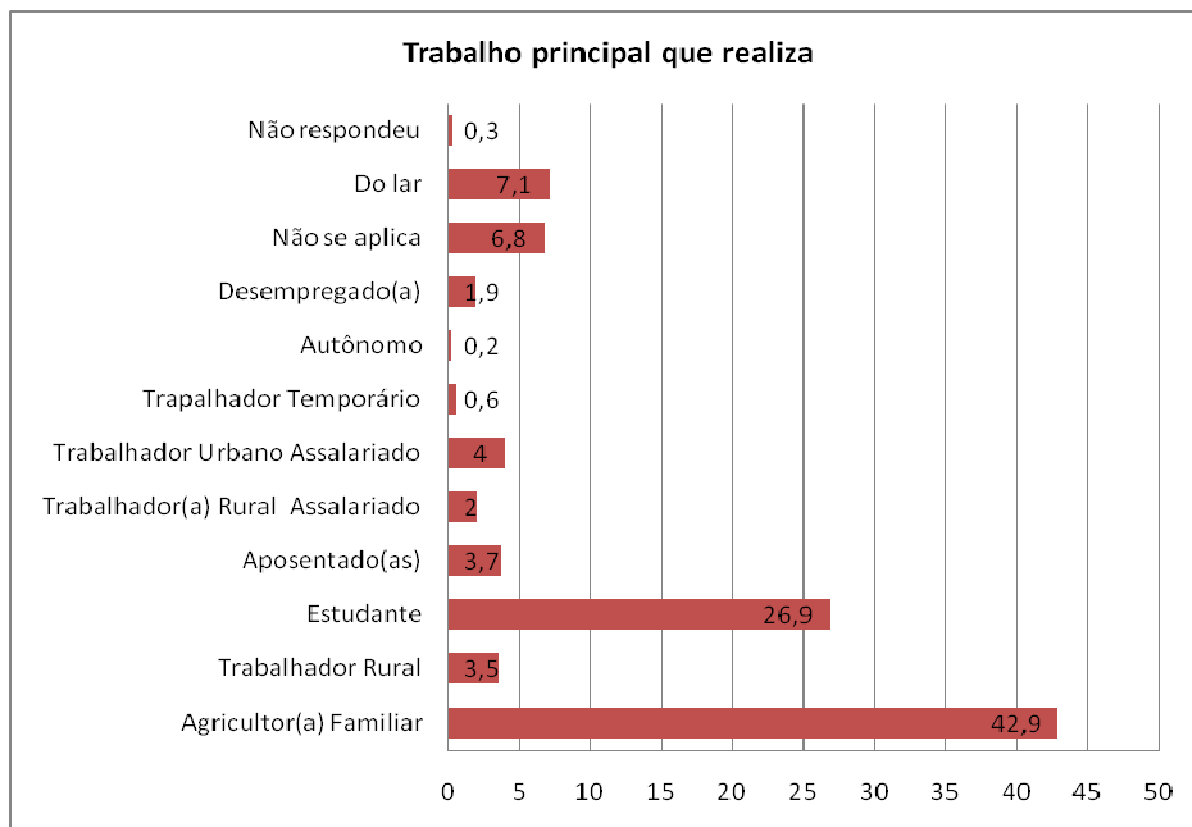


Figura 5-Trabalho principal que realiza. (Fonte: pesquisa de campo).

Visto que a educação oferecida a estas pessoas é precária, segue que novamente temos como efeito a dependência financeira destas pessoas em relação ao Estado. Tendo em vista que as escolas nas quais estas pessoas estão inseridas não respeitam a sua diversidade, é possível fazermos uma análise de tal situação. Na realidade, estamos em um círculo vicioso. De um lado, os agricultores dependem financeiramente do Estado e, por conseguinte, não reivindicam seus direitos essenciais por acreditar que as políticas de transferência de renda são suficientes para atender suas atuais necessidades. Na outra ponta, como não há pressão popular suficiente por melhores serviços educacionais, perpetua-se o descalabro educacional observado anteriormente. Para sermos mais precisos, tais pressões existem, mas costumam ser atenuadas pelos grupos dominantes.

Um último aspecto a ser abordado consiste na disseminação de informação entre as comunidades rurais. Cerca de 73% dos entrevistados afirmaram obter informações sociais e acadêmicas através de rádio e televisão (Figura 6). Percebe-se que os principais veículos de comunicação influenciam na condução cultural das comunidades. De fato, tais meios de comunicação visam à propagação de informações de grupos dominantes. Portanto, as informações advindas destes veículos somadas à falta de escolarização dos habitantes de zonas rurais podem contribuir para a perpetuação da situação precária em que tais comunidades se encontram.

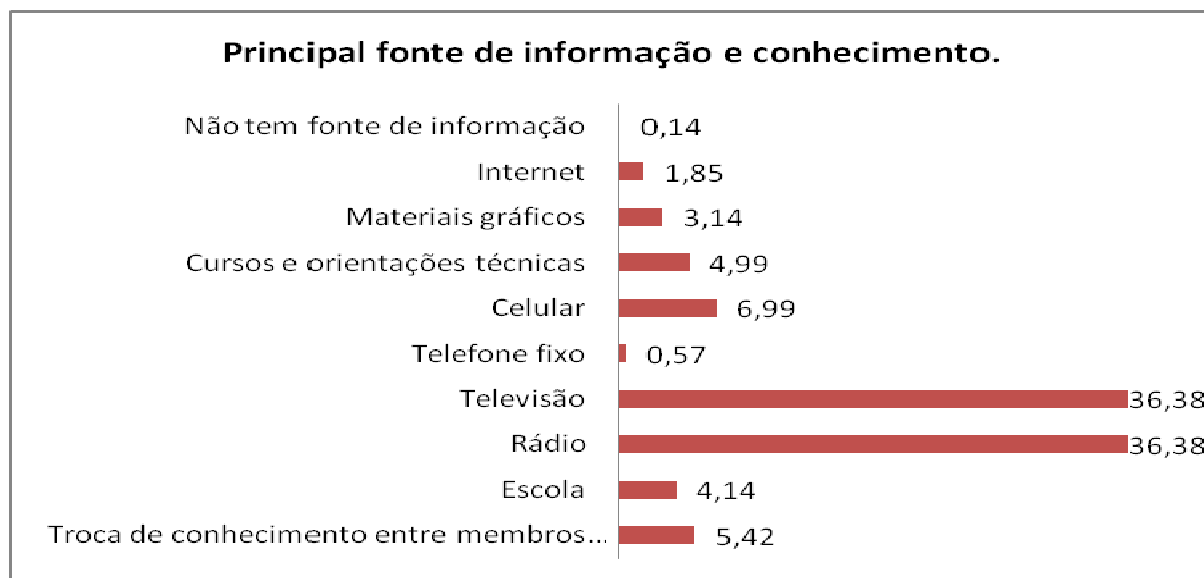


Figura 6-Principais fontes de informação e conhecimento. (Elaboração própria).

4 Considerações finais

Durante o desenvolvimento do diagnóstico participativo da Agricultura Familiar do Território do Mucuri nos deparamos com uma realidade diferente da que cotidianamente nos é apresentada. De fato, constatamos que grande parte dos agricultores familiares possui educação precária. Além disso, os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos por tais trabalhadores não lhes permite intervir no meio circundante. Na realidade, os agricultores sofrem os efeitos das mazelas estatais com a falta de políticas educacionais.

Somado a isto, os meios de comunicação utilizados pelos entrevistados não são os mais adequados, tendo em vista que estes acabam por serem propagadores de informações parciais. Com efeito, ao utilizar a televisão e o rádio como meios de obtenção de informações, os agricultores familiares acabam por passar por um processo de alienação, processo este que resultam na passividade destas pessoas com relação aos seus próprios direitos. Observa-se frequentemente que tais direitos são constantemente violados pelos órgãos responsáveis pela execução de políticas públicas, as quais, em primeira instância deveriam objetivar uma melhoria na qualidade de vida e trabalhos dos sujeitos entrevistados.

Outro fator relevante nesta análise refere-se à dependência financeira dos entrevistados em relação ao Estado. Uma vez que a Educação oferecida pelos governantes é ineficiente para a construção da cidadania dos agricultores familiares, observamos que os mesmos sujeitos não percebem a real situação na qual estão inseridos, visto que os programas de benefício governamentais não tratam a causa do problema social e sim seu efeito. Desta forma, os agricultores familiares acabam por inserir-se em um círculo vicioso, do qual ainda não há escapatória possível.

A única saída nesta situação seria a aquisição de conhecimentos científico-acadêmicos por parte dos trabalhadores do Território do Mucuri, a fim de que estes possam apropriar-se das ferramentas necessárias para sua inserção no mundo atual, bem como para a defesa de seus interesses. Visando isso tal pesquisa busca desenvolver dados quantitativos e qualitativos para ampliação e execução de uma educação rural. Objetivando a construção de escolas de famílias agrícolas, incentivando a permanência dos jovens no campo atuando para o desenvolvimento sustentável do território do Mucuri. A UFVJM acredita que a educação no campo tenha como foco o respeito às particularidades dos habitantes de zonas rurais, bem como suas

singularidades e necessidades, visando uma educação contextualizada. Por isso propõem difundir práticas da Escola de Família Agrícola, mobilizando as lideranças locais para a disseminação da experiência. E para que tal desenvolvimento ocorra acredita-se que o ensino, a pesquisa e a extensão esteja interligadas em prol do desenvolvimento social e intelectual.

5 Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba, Editora Agropecuária, 2002. 592p.

ARMICOPA. *Diagnóstico Participativo do Vale do Mucuri*. Teófilo Otoni:ARMICOPA, 2005.

AUSUBEL, D. P., NOVACK, J. D., HANNESIAN, C. *Psicologia educacional*. Rio de Janeiro, Interamericano, 1980. 132p.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo, Paz e Terra, 1992. 93p.

FONSECA, A. M.; PIMENTEL, G. S. R. Escola Família Agrícola: Uma experiência de Gestão Democrática. In: XXIII Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação "Por uma escola de qualidade para todos". 2007, Porto Alegre RS. *Livro de Eventos da ANPAE*. Porto Alegre: ANPAE Associação Nacional de Política e Administração, 2007, v.1, 100p.

GIMONET, J. C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: As Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação. In: *Seminário Internacional sobre Pedagogia da Alternância*. UNEFAB. Pedagogia da Alternância. Alternância e desenvolvimento. Salvador, BA: SIMFR/VITAE/UNEFAB, 1999, p. 39-48.

NASCIMENTO, C. G. Pedagogia da Resistência Cultural: um pensar a educação a partir da realidade campesina. In: *VII EREGEO. A Geografia no mundo da diversidade*, Goiás, GO: 2003.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Belo Horizonte, 2000.

SILVA, L. H.. A educação do campo em foco: avanços e perspectivas da pedagogia da alternancia em Minas Gerais. In: 28ª Reunião da ANPED, 2005, Caxambu, 2005. *Anais da 28 Reunião Anual da ANPED*, 2005. v. 1. p. 1-18.

SOUZA, J. V. A. Pedagogia da Alternância: Uma alternativa consistente de escolarização rural?. In: 31 Reunião Anual da ANPED, 2008, Caxambu/MG. *Anais da 31 Reunião Anual da ANPED*, 2008. v. 1. p. 1-16.

PINHEIRO, L. O.; COUTINHO, D. S.; QUEIRÓS, T.D.; MOREIRA, G. D. L. B.; ASSUMPCÃO, A. B.. *Implementação das Escolas Famílias Agrícolas Microrregionais no Território Mucuri: o desafio de uma nova educação no campo*. Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – GPAF Vales. Teófilo Otoni, MG: 2009, vol. 1, 11p.

VERDEJ, M. E. *Diagnostico rural participativo: guia prático de DRP*. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2007, 62p.

VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo, Martins Fontes, 1984. 212p.